

# Sarney descarta qualquer

Gerson Menezes

Nenhum espaço, por parte do PDS, para negociações em torno das eleições diretas em 1985. Isto foi o que resultou do encontro mantido ontem entre o presidente do PDS, senador José Sarney, e o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, segundo deixou claro Sarney. Ulysses Guimarães, que transmitiu ao senador a certeza de que a campanha pelas diretas vai crescer vertiginosamente, atingindo até os estádios de futebol, disse no entanto não acreditar na falta de quorum para votação em abril da emenda Dante de Oliveira, restabelecendo as diretas. « Não haverá maneira de fugir à essa responsabilidade. Não quero fazer essa injustiça ao PDS », sintetizou Ulysses.

O encontro entre Sarney e Ulysses, aguardado desde o início da semana e que chegou a ser desmentido pela secretária do senador, que indagou se ele havia sido marcado « pela imprensa », teve início às 15 horas e prolongou-se até às 16h15min. O parlamentar opositorista procurou dar informações mais detalhadas sobre o teor da conversa, o que não aconteceu com Sarney, que interrompeu repentinamente o contato com a imprensa alegando que precisava ir ao Aeroporto receber o governador de Pernambuco, Roberto Magalhães.

A declaração mais enfática de Sarney foi de que « um partido jamais pode renunciar a uma vitória », referindo-se à maioria obtida no Colégio Eleitoral em 15 de novembro. A seu ver, não se trata de conversar sobre eleições diretas, mas sim sobre a dissolução do Colégio Eleitoral, o que é inaceitável por parte do PDS, segundo Sarney. Ele disse ainda a Ulysses que seu partido encara a campanha do PMDB não como uma luta a favor das diretas, mas sim a favor da anulação de uma conquista do PDS, que obteve maioria no Colégio.

Sarney insistiu na argumentação de que a campanha das oposições está « fora de hora », pois elas não recorrem contra o Colégio Eleitoral por ocasião das eleições de novembro. Segundo ele, o PMDB poderia ter recorrido aos tribunais, afirmação rechaçada por Ulysses Guimarães após o encontro, com a explicação de que não haveria como recorrer contra uma lei que foi legitimamente votada e aprovada. Para Ulysses, o que está em discussão não é a legitimidade jurídica do Colégio Eleitoral, mas sim a sua legitimidade política.

« A escravidão não era lei? », indagou Ulysses Guimarães, observando que muitas vezes as leis vão contra a vontade popular, como é o caso, segundo ele, da que diz respeito às eleições indiretas. « Isto é uma lei contra o cidadão, e é por isso que o povo está derrotando o PDS », acrescentou, lembrando a conquista de governos estaduais pelas oposições, o que as levou a dominarem hoje dois terços do Produto Interno Bruto (PIB).

O presidente do PMDB, de qualquer modo, contesta a afirmação de Sarney, de que a posição firmada contra o Colégio Eleitoral é nova. Após frisar que Sarney não fez essa colocação durante a conversa, lembrou que o PMDB tem lutado « contra esse Colégio Eleitoral desde que ele foi instituído, e isso é público e notório ». Mais relevante do que isso, segundo ele, são as manifestações do povo a favor das diretas.

O tema para conversas com as oposições, apesar de todas essas argumentações, não será de qualquer forma a dissolução do Colégio Eleitoral, segundo enfatizou José Sarney. Ele propôs a Ulysses « um amplo campo para debates » numa época de transição, e enumerou alguns desses pontos antes de encerrar a entrevista: duração do mandato presidencial, revisão da legislação eleitoral, liberalização de exigências de modo a dar maior possibilidade de sobrevivência para os pequenos partidos, ampliação da faixa de democracia interna nos partidos (incluindo aí o problema da fidelidade partidária), e maior participação, dentro dos partidos políticos, dos jovens, mulheres e trabalhadores, como forças

organizadas. Todos esses temas, segundo Sarney, podem fazer parte de um debate visando uma « grande negociação nacional », inclusive as eleições diretas, desde que não se refiram ao pleito de 1985.

## Adesão

Numa entrevista muito mais demorada, o deputado Ulysses Guimarães relatou que, em sua conversa com Sarney, manifestou a certeza absoluta quanto ao crescimento do clamor popular pelas diretas. Disse que não tinha dúvidas quanto à resposta que a sociedade ia dar à campanha das oposições, mas que de qualquer modo ela estava surpreendendo pela abrangência e veemência das manifestações. « Elas ocorreriam conosco ou sem nós », observou, acrescentando que após atingir a música e o teatro, a campanha terá a participação do clero e irá atingir o esporte, com grandes manifestações nos estádios, segundo prevê. Lembrou que grandes jogadores, como Sócrates, já se manifestaram e « vão vestir a camisa » da campanha.

Assim, quem vai ao teatro, aos shows musicais, ao futebol e aos cinemas vai ouvir o clamor pelas diretas. « Dou um conselho a quem não quiser ouvir: fique em casa ou saia do País », recomendou Ulysses.

Para o presidente do PMDB, parece evidente o crescimento, dentro do PDS, desse clamor, segundo conclui por conversas que tem mantido com governadores e líderes do partido governista. Citou o caso do governador Espiridião Amim, de Santa Catarina, que não participou do comício em seu Estado mas enviou documento, em resposta, ao convite que recebeu, confirmando que é favorável às diretas mas entendia dever tratar do problema junto a seu partido, que acredita ser na maioria também favorável.

Ulysses observou ainda que mais de 80 por cento dos prefeitos do PDS em São Paulo, já firmaram posição pelas diretas, havendo vereadores, prefeitos e outros líderes pedessistas em diversos Estados que participam de passeatas e manifestações. Ele disse a Sarney que entendia ser um dever dar conhecimento a ele desses fatos, dos quais « faria o uso » que quisesse. Lembrou ainda que um presidente que tenha contra si o clamor da opinião pública, com a perspectiva de não ter maioria no Congresso e tendo contra si a maioria dos governadores, terá dificuldades certamente muito maiores do que se tiver sido eleito por voto direto.

A possibilidade de ele vir a subir a rampa do Palácio do Planalto, para falar com o presidente Figueiredo, não fez parte da conversa, segundo informou Ulysses. Ele observou que os governadores de oposição já foram conversar com o presidente e ele respondeu que « o foro adequado » é o PDS, dando a entender que não havia margem para conversas sobre sucessão ou diretas com a oposição. « Assim, não quero ser mais realista do que o rei », disse Ulysses.

Após descartar a possibilidade de revanchismos em relação aos militares, caso as oposições assumam o poder, Ulysses ressaltou que há uma ruptura no processo brasileiro, pois o projeto político, econômico e social do Governo rompeu com o povo. A solução para isso, a seu ver, é o voto popular, citando o caso da França, « onde o governo Giscard não deu certo e o povo mudou para Mitterrand, sem revolução ou desordem ». No Brasil, como há uma perspectiva de que a sociedade vai ter seus apelos a favor das diretas atendidos, as manifestações, segundo ele, « são um modelo de ordem e de alegria ». Segundo Ulysses, a impressão que se tem é de que o povo está comemorando antecipadamente a vitória que está certo de obter, que são as diretas para 1985.

Ele contestou, por outro lado, as afirmações do ministro Ibrahim Abi-Ackel, da Justiça, de que a participação de estrangeiros nos comícios do PMDB é ilegal. « Elas são muito normais. Estamos todos defendendo algo que está na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição brasileira, como objetivo maior », enfatizou.

negociação por diretas

Julio Fernandes

CA

Jornal de Brasília